

# **27º Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental**

16 a 21 de junho de 2026

## **Workshop Desafios da Preservação Audiovisual**

### **Carta Pela Preservação Audiovisual como Direito, Memória e Política Pública**

Reunidos durante a 27ª edição do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA 2026), em workshop dedicado à preservação audiovisual, representantes de instituições culturais, universidades, arquivos, museus, festivais, pesquisadores, estudantes, realizadores e gestores públicos debateram os desafios e as perspectivas para a preservação da memória audiovisual brasileira.

Os convidados/expositores neste primeiro encontro foram a preservadora audiovisual Débora Butruce, da diretoria da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual; o Gerente de Fomento ao Audiovisual e Salas de Cinema da Secult Goiás, Gabriel Bastos; a coordenadora do Museu da Imagem e do Som de Goiás, Gisele Garcia; o cineasta Eudaldo Guimarães, a técnica em audiovisual da UEG e produtora do LUMINAV Kely Carvalho; e a coordenadora do Laboratório Universitário de Memória Audiovisual da UEG (LUMINAV), professora Geórgia Cynara, que mediu o evento.

O encontro reafirmou a necessidade de fortalecer políticas públicas permanentes voltadas à salvaguarda, organização, difusão e acesso ao patrimônio audiovisual, reconhecendo a preservação como uma dimensão estratégica da cultura, da cidadania e da construção da memória coletiva.

A preservação é dever das instituições públicas e dos entes federativos. Trata-se de uma responsabilidade pública que exige planejamento contínuo, recursos adequados e visão de longo prazo. Os participantes reconhecem que preservar não significa apenas guardar imagens e sons do passado. A preservação audiovisual é uma estratégia de fortalecimento da cidadania, da identidade cultural e do sentimento de pertencimento aos territórios. É por meio dela que comunidades podem reconhecer suas histórias, seus modos de vida e suas formas de representação, assegurando que a memória coletiva permaneça acessível às gerações futuras.

Apesar dos avanços promovidos por instituições públicas, universidades, cinematecas, festivais e centros de memória, persistem desafios estruturais que comprometem a preservação audiovisual no país, como a ausência de políticas permanentes de financiamento, a escassez de equipes especializadas, os altos custos de conservação e digitalização, a obsolescência tecnológica de equipamentos e suportes, as dificuldades relacionadas aos direitos autorais e ao acesso público aos acervos, além das desigualdades no acesso aos recursos de preservação, que frequentemente privilegiam determinados tipos de acervos em detrimento de outros em razão de sua origem institucional, procedência ou conteúdo.

Da mesma forma, foi ressaltada a importância de fortalecer a cooperação entre instituições e estimular a criação de estruturas técnicas de uso coletivo. Considerando os altos custos de aquisição, manutenção e atualização de equipamentos especializados, laboratórios compartilhados podem otimizar recursos e ampliar o acesso de diferentes instituições à infraestrutura necessária para a preservação de seus acervos.

Além disso, destaca-se a digitalização como uma ferramenta fundamental para ampliar o acesso aos conteúdos preservados, mas que ela não substitui a necessidade de conservação dos materiais originais. Películas, fitas magnéticas, fotografias, documentos correlatos e demais suportes históricos continuam sendo parte essencial do patrimônio audiovisual e demandam cuidados específicos de preservação.

Outro consenso do encontro foi a necessidade de incorporar a preservação desde as etapas iniciais da produção audiovisual. Planejar a catalogação, a documentação, o armazenamento e a guarda dos materiais deve ser parte integrante dos processos de realização de obras audiovisuais, evitando perdas irreparáveis e reduzindo custos futuros de recuperação.

No contexto goiano, foi destacada a relevância das iniciativas desenvolvidas por instituições públicas, universidades e agentes culturais dedicados à preservação da memória audiovisual do estado. Nesse sentido, os participantes reconhecem como um projeto histórico o “Repositório Digital Audiovisual Goiano”, atualmente em implementação pela Secretaria de Estado da Cultura de Goiás, como uma iniciativa estratégica para a preservação, organização, difusão e acesso permanente ao patrimônio audiovisual goiano. Contudo, sua consolidação dependerá do enfrentamento de desafios relacionados à capacidade de armazenamento digital, à infraestrutura tecnológica, à gestão dos acervos e à manutenção de equipes técnicas especializadas.

Os debates reforçaram a necessidade da construção de uma política estadual de preservação audiovisual, articulada entre poder público, universidades, instituições culturais, festivais e sociedade civil. Tal política deve contemplar o mapeamento de acervos, a formação técnica especializada, o fortalecimento institucional dos espaços de memória, a ampliação do acesso público, a preservação digital e física dos materiais, bem como mecanismos permanentes de financiamento capazes de garantir a continuidade das ações.

Os participantes também defendem a descentralização das políticas de preservação, reconhecendo a importância dos arquivos, museus e centros de memória localizados fora dos grandes centros urbanos. A valorização dos acervos comunitários, familiares e pessoais é fundamental para garantir a diversidade das narrativas preservadas e fortalecer o vínculo entre memória, território e pertencimento. Da mesma forma, ressaltam a necessidade de reconhecer o audiovisual de maneira mais explícita nos instrumentos de proteção do patrimônio cultural, assegurando mecanismos legais e institucionais adequados à sua preservação.

Por fim, os participantes reafirmam que a preservação audiovisual deve ser reconhecida como uma política pública estratégica para o Estado de Goiás. Garantir recursos permanentes, por meio de editais voltados à catalogação, conservação, restauração, digitalização e acesso aos acervos, bem como a programas de formação, capacitação e intercâmbio de profissionais da área, é fundamental para assegurar o direito à memória, à cultura, à informação e à diversidade cultural.

Preservar é um compromisso com a história, com a democracia e com as futuras gerações. Que este encontro contribua para o fortalecimento de uma agenda contínua de preservação audiovisual e siga inspirando reflexões, articulações e ações concretas nas próximas edições do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental.

Cidade de Goiás (GO), 18 de junho de 2026.

**Participantes do Workshop de Desafios da Preservação Audiovisual – FICA 2026**